

O currículo do ensino básico em Portugal: Políticas, perspectivas e desafios

Fernandes, Preciosa (2012). *O currículo do ensino básico em Portugal: Políticas, perspectivas e desafios*. Porto: Porto Editora.

Tal como o título do livro indica, o que nele está em foco são as políticas do ensino básico, analisadas nas conceções e perspetivas educativas que as orientam e nos desafios que colocam ao exercício da docência e aos modos de conceber a escola.

A componente empírica dessa análise situa-se no período entre 1997 e 2006, ou seja, abrange a fase em que no sistema educativo português se concebeu o currículo como um projeto localmente construído a partir da recontextualização do currículo prescrito a nível nacional. Para fazer essa análise, a autora, Preciosa Fernandes, desenvolveu o que chama de «antecâmara» que permitiu ter dados comparativos com o período anterior, correspondente à reforma curricular do final dos anos 80 (séc. XX). Para essa comparação entre a reforma curricular e a fase inicial do projeto designado por «Gestão flexível do currículo» (anos 90, séc. XX), a autora construiu uma tipologia que permitiu identificar se o que se passou teve características de *continuidade*, de *ruptura* ou de *complementariedade*. Neste sentido, de certo modo, o livro fornece também uma excelente caracterização da reforma curricular do final dos anos 80 (séc. XX) e do período relativo ao final do século XX que antecedeu a reorganização curricular do ensino básico legislada em 2001 (Decreto-Lei nº 6/2001).

Outro aspeto que não pode ser descurado quando se quer salientar o que está em foco neste livro é que ele, para além deste campo de análise, contém um quadro teórico e um procedimento de investigação que não servem apenas a quem quiser estudar o ensino básico. Neste sentido, talvez o título afaste alguns potenciais leitores que o vão associar apenas ao ensino básico, quando ele, na verdade, contém contributos para quem quiser estu-

dar a educação e as políticas educacionais em geral. De facto, nesta obra encontra-se uma excelente fundamentação teórica quer sobre teorias curriculares quer sobre políticas educativas e curriculares. Encontra-se igualmente uma boa justificação para o recurso, em estudos académicos, a procedimentos de mapeamento e de caminhos seguidos no mapeamento de discursos políticos.

Como é evidente, um estudo desta natureza exige grande rigor e uma maturidade científica que, no caso de Preciosa Fernandes, autora deste livro, lhe é conferida pelo percurso profissional e pelos lugares que tem ocupado em diversas esferas de ação do sistema educativo português. Este percurso coloca-a numa posição privilegiada para construir a fundamentada e rigorosa análise que apresenta sobre a escola básica, em Portugal. Por isso, esta legitimidade da autora confere também valor ao livro.

Stenhouse (1987), em publicação que analisa quem está melhor colocado para fazer investigação educacional, colocando em posições opostas os professores («os práticos») e os investigadores tradicionais (ou seja, aqueles que apenas fazem investigação), sustenta que os professores (os «práticos»), embora possam ser inocentes do ponto de vista teórico, não são inocentes acerca da escola e da educação. Ao contrário, os investigadores tradicionais, não sendo inocentes teoricamente, podem ser inocentes do ponto de vista do conhecimento da escola e das práticas profissionais docentes. O que estou a expressar quando me refiro à legitimidade da autora Preciosa Fernandes para afirmar o que afirma neste livro é que não se trata de alguém que vai estudar a educação e o currículo entrando neste campo pela primeira vez. Ao contrário, é alguém que alia ao conhecimento teórico uma experiência

profissional muito ampla no campo educacional. Por isso, quando olha uma situação fá-lo apoia quer em conhecimentos teóricos que continuamente vai aprofundando, quer no conhecimento construído por esta experiência refletida e sistematizada.

Como a autora afirma na introdução ao livro, as posições teóricas que assume ancoram-se no campo dos estudos curriculares, na teoria do *reconstrucionismo social* (Pinar, 1975, 2003; Apple, 1987, 1999) e numa visão *sócio-crítica* da educação e do currículo (Carr & Kemmis, 1988; Giroux, 1986, 1990; Kemmis, 1988). Neste sentido, acolhe também os contributos trazidos pelas teorias *pós-críticas* que não negam o legado das *teorias críticas* mas tomam a *diferença cultural* como categoria central.

Ao mesmo tempo, e ainda no que diz respeito ao quadro teórico que neste livro é enunciado e seguido, e dado que a investigação empírica está focada na análise de discursos curriculares produzidos em diferentes contextos, a autora recorre ao ciclo contínuo de políticas a que se refere Stephen Ball (1992), e aqui representado a partir de três contextos: o *contexto de influência*, o *contexto de produção de textos* e o *contexto da prática*.

Em relação ao *contexto de influência*, a autora analisa o processo de construção dos discursos políticos. É neste contexto que interagem elementos do governo, partidos políticos, grupos sociais com poder económico, agências locais e internacionais, grupos de especialistas com reconhecimento científico em domínios de saber diversos (legislativo, educacional, curricular, pedagógico, formação de professores, entre outros) que constituem *comunidades epistémicas*.

No *contexto de produção de textos*, o estudo foca a produção de textos enunciadores de políticas curriculares e documentos de enquadramento legal orientadores das conceções, organização e desenvolvimento do currículo produzidos pelo poder central – isto é, o governo, através dos ministérios e dos serviços centrais – em estreita articulação com o *contexto de influência*.

No *contexto da prática*, a autora refere os contextos de trabalho dos professores, onde as formulações das políticas curriculares são reinterpretadas.

É interessante referir que, no *contexto de influência*, a autora, para concluir sobre efeitos desta influência, analisa *estudos académicos* relativos a dissertações de mestrado e de doutoramento produzidos no período relativo ao trabalho empírico, isto é, de 1997 a 2006.

Como justificação para ter sido seguido o que tem sido designado por *ciclo contínuo de políticas de Ball*, a autora segue a ideia de que as políticas curriculares constituem complexos sistemas de negociação, nos quais legisladores e produtores de documentos oficiais – que atuam ao nível macro – e professores – que atuam no terreno – interagem num processo conjunto de produção das políticas, ressignificando-as nos sentidos que comportam.

Em síntese, o recurso a este procedimento de investigação permitiu produzir conhecimento sobre a relação existente *entre o contexto de produção discursiva*, neste caso para *políticas curriculares* do ensino básico, o *contexto da produção académica e o dos «práticos»*. Por outro lado, o recurso ao mapeamento como procedimento analítico dos discursos produzidos nestes três contextos permitiu tornar visível: i) as orientações das políticas curriculares ocorridas no período de 1997/98-2006 e conceitos que veiculam; ii) os conceitos que têm vindo a ser sustentados em discursos de académicos; iii) as problemáticas que têm vindo a estruturar as investigações no campo do currículo do ensino básico; e iv) as orientações teóricas que suportam o exercício curricular de professores/gestores.

Concluindo, a análise realizada permitiu à autora realçar as seguintes conclusões: i) em relação aos discursos das políticas (contexto de produção) existe uma tensão entre a «clareza» e a «ambiguidade», de que são exemplo um discurso que se fundamenta numa conceção de educação inclusiva e, simultaneamente, princípios que apelam à competitividade

e à eficácia, argumentos de ordem descentralizada a conviver com argumentos de ordem centralista; ii) em relação aos discursos académicos (contexto de influência) uma tensão entre a «incumbência» e a «advertência» expressa, por exemplo, na adesão a uma orientação descentralista das políticas curriculares com a enunciação de dificuldades por parte dos professores assumirem decisões curriculares localizadas; iii) em relação aos discursos dos professores gestores (contexto da prática), uma tensão entre a «afirmação» e o «sombreamento» traduzida, por exemplo, na existência de ideias, crenças e conceções que se associam a pressupostos de inclusão e de diferenciação pedagógica e à ideia de currículo como projeto global de formação a para da expressão de vivências associadas a orientações tradicionais de currículo e de educação.

É a partir desta análise que Preciosa Fernandes conclui que «as teorias estão além das práticas», no sentido em que não exercem sobre estas efeitos, e que essas teorias têm servido para legitimar formulações de projetos educativos e relatórios num efeito de «abrilhantamento» (Ball, 2001) colorindo esses projetos e relatórios.

Tendo por referência estas características, e as que a leitura integral do livro permitirá descobrir, considero esta obra um excelente contributo para todos os que estudam o currículo e a educação escolar.

Carlinda Leite

CIIE – Centro de Investigação
e Intervenção Educativas, FPCEUP

Referências bibliográficas

- Apple, Michael (1987). *Educación y poder*. Barcelona: Paidós.
- Apple, Michael (1999). *Políticas culturais e educação*. Porto: Porto Editora.
- Ball, Stephen (1992). The policy process and the process of policy. In Richard Bowle, Stephen Ball & Anne Gold (Eds.), *Reforming education & changing school: Case studies in policy sociology* (pp. 6-23). Londres/Nova Iorque: Routledge.
- Ball, Stephen (2001). Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Curriculum Sem Fronteiras*, 1(2), 99-116.
- Carr, Wilfred, & Kemmis, Stephen (1988). *Teoría crítica de la enseñanza: La investigación-acción en la formación del profesorado*. Barcelona: Martínez Roca.
- Fernandes, Preciosa (2012). *O currículo do ensino básico em Portugal: Políticas, perspetivas e desafios*. Porto: Porto Editora.
- Giroux, Henry (1986). *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis: Vozes.
- Giroux, Henry (1990). *Los profesores como intelectuales: Hacia una pedagogía crítica del aprendizaje*. Barcelona: Paidós/MEC.
- Kemmis, Stephen (1988). *El currículum: Más allá de la teoría de la reproducción*. Madrid: Morata.
- Pinar, William (1975). *Curriculum studies: The reconceptualization*. Berkeley: McCutchan.
- Pinar, William (2003). A equivocada educação do público nos Estados Unidos. In Regina Garcia & António Moreira (Orgs.), *Curriculum na contemporaneidade: Incertezas e desafios* (pp. 139-157). S. Paulo: Cortez.
- Stenhouse, Lawrence (1987). *La investigación como base de la enseñanza*. Madrid: Morata.